

## EPISTEMOLOGIA E A GRAMÁTICA GERATIVA: O DEBATE ENTRE LARSON E JACKENDOFF SOBRE A ESTRUTURA DOS OBJETOS DUPLOS<sup>1</sup>

ANA PAULA SCHER  
(UNICAMP)

**ABSTRACT** This paper is based on a debate between Richard Larson and Ray Jackendoff about the treatment to be given to structures involving verbs which select two internal arguments. Its aim is to analyse the kinds of arguments used by each author in light of the scientific investigation program proposed by Popper in his article *Philosophy of Science: a personal report*<sup>2</sup>.

### 0. INTRODUÇÃO

O debate que apresentaremos e discutiremos aqui tem sua origem nas diferentes propostas já apresentadas para a estrutura sintática do objeto indireto (OI). Segundo Emonds (1993), este tipo de complemento de verbo aparece sob quatro formas distintas na estrutura superficial das sentenças. Ele pode ser: a) um sintagma nominal (NP) marcado por Caso dativo morfológico produtivo (Grego clássico, alemão, latim); b) um NP que concorda com um verbo flexionado apropriado (Basco, Georgiano); c) um sintagma preposicional (PP) com uma preposição (P) lexical, e d) um NP objeto sem Caso morfológico, identificado posicionalmente em um padrão fixo de ordem de palavras. Os casos descritos em (c) e (d) são os que nos interessarão mais diretamente e, por isso, reproduziremos, aqui, alguns dos exemplos dados por Emonds para ilustrá-los:

- (1) a - The paper that I wrote a letter *to John* was old.  
b - The paper that I wrote *John* a letter was old. (Emonds (1993: 211))

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado ao fim do curso de Modelos de Análise Lingüística, oferecido no segundo semestre de 1994, no IEL/UNICAMP, pelo Prof. Dr. Sírio Possenti. Dele nasceu a idéia de estudar as construções com dois objetos, tema de minha dissertação de Mestrado (Scher, 1996), defendida em agosto de 1996.

<sup>2</sup> Este artigo resultou de uma conferência proferida em Cambridge, no verão de 1953, tendo sido publicado originalmente em um volume editado por C. A. Mace sob o título *British Philosophy in Mid-Century*. No presente trabalho, fazemos uso da versão traduzida para o português por Sérgio Bath, que tem o título *Ciência: conjecturas e refutações*.

As primeiras propostas gerativistas para estruturas dativas simples, em que o OI aparece preposicionado, e para aquelas com objetos duplos (ODp), em que o OI aparece sem a preposição, partiram de Oehrle (1976) (2a) e Chomsky (1981) (2b)<sup>3</sup>.

(2) a. [<sub>VP</sub> V NP1 NP2]

b. [<sub>VP</sub> [<sub>V</sub> V NP1] NP2]

(*apud* Larson (1988:337))

Barss e Lasnik (1986) publicaram um estudo em que apresentam e discutem algumas assimetrias em construções com ODp que não podem ser explicadas por uma teoria que, além de preservar estruturas, tenha uma noção de domínio de ligação fundamentada somente na definição de c-comando. Propõem, então, uma modificação da definição de domínio de ligação em termos de ordem linear e c-comando. Larson (1988) propõe uma representação para as construções com ODp, que pretende dar conta das assimetrias apresentadas por Barss e Lasnik, e diz que a noção de domínio de ligação relevante para os dados dos dois autores pode ser estabelecida em termos de c-comando assimétrico, apenas. Depois de dizer que Larson, na verdade, não teria levado em conta a solução proposta por Barss e Lasnik, Jackendoff (1990) sugere que ele desenvolve uma estrutura heterodoxa para as construções em questão. Em seu artigo, o autor apresenta dados que apontam para a correção da proposta de Barss e Lasnik, em uma clara intenção de evidenciar a fraqueza de quase todos os argumentos de Larson.

Apesar de toda essa preparação teórica, precisamos esclarecer que o assunto, debatido sob o ponto de vista da sintaxe pelos autores acima citados, será por nós abordado sob o aspecto da Epistemologia e História da Ciência. O que queremos dizer com isso é que pretendemos analisar a argumentação de Larson e a contra-argumentação de Jackendoff, sob o ponto de vista de um programa de investigação científica específico, nomeadamente aquele descrito por Popper em seu *Ciência: Conjecturas e Refutações*.

O trabalho está dividido em cinco partes fundamentais. Apresentaremos o problema a ser tratado na seção 1 seguido de uma síntese da proposta de Larson para o tratamento das construções ODp. Um resumo da contra-argumentação de Jackendoff virá na seção 3. A seção 4 trará um pequeno resumo do programa de investigação científica de Popper e, na seção 5, pretendemos analisar as implicações de se aplicar a proposta em questão e sua tentativa de refutação ao programa descrito.

## 1. O PROBLEMA

Já dissemos acima que (2a) e (2b) eram as duas estruturas tradicionalmente atribuídas às construções com ODp. Os dados em (3a) e (3b), para citar apenas dois dos vários exemplos encontrados nos textos em questão, revelam a assimetria existente no

---

<sup>3</sup> Não temos a intenção, agora, de detalhar as implicações que cada uma destas propostas pode trazer. Nossa intenção, nesta introdução, é situar o leitor dentro do panorama das discussões teóricas sobre o assunto ODp.

comportamento dos dois objetos nas construções com ODp em que a noção de domínio de ligação esteja envolvida:

- (3) a. I showed Mary herself.  
b. \*I showed herself Mary. (Larson (1988:336))

Nos exemplos utilizados, as relações estruturais, especificamente c-comando, têm um papel fundamental. Segundo Larson, em construções V-NP-NP, o primeiro NP deve c-comandar o segundo, mas não o contrário. Em (2a), no entanto, a única distinção entre os dois NPs é a ordem linear. Ambos pertencem ao mesmo domínio de ligação e se c-comandam mutuamente. Logo, não seria possível explicar a distinção entre (3a,b). De modo paralelo, (2b) não dá conta desta assimetria. O NP2 c-comanda o NP1 assimetricamente, indicando que NP1 está dentro do domínio de NP2, e não o contrário.

A idéia de Larson nasce da possibilidade de que uma configuração diferente de (2a,b) esteja envolvida nas construções com ODp. No entanto, o autor não deixa de apontar que, talvez, os dados de Barss e Lasnik não possam, realmente, ser explicados pela noção de c-comando apenas, mas requieram outros conceitos tais como precedência linear. Larson opta, entretanto, por elaborar sua proposta, que veremos a seguir. Antes, porém anotaremos sua observação sobre o fato de as construções com ODp contrastarem com os dativos padrão, ou seja, com estruturas que envolvem PP. Apesar de apresentarem o mesmo tipo de assimetria que as construções V-NP-NP, as construções V-NP-PP não oferecem problemas para c-comando devido à presença de PP:

- (4) a. [<sub>VP</sub> V NP1 [<sub>PP</sub> P NP2]]  
b. [<sub>VP</sub> [<sub>V'</sub> V NP1] [<sub>PP</sub> P NP2]] (apud Larson (1988:338))

Assim, argumenta que, se a assimetria em relação aos complementos em estruturas com PP se deve a este sintagma, as construções com ODp devem se comportar simetricamente, já que não apresentam estrutura de PP. Este argumento é o alvo da primeira crítica de Jackendoff, que acredita que algo além da estrutura pode estar envolvido.

## 2. LARSON E O PROBLEMA DOS OBJETOS DUPLOS

### 2.1. Uma proposta de solução

Para elaborar sua proposta de solução para o problema dos ODp, Larson faz uso generalizado da terminologia sintática em voga na época. Apesar disso, alguns autores (Emonds (1993)) atribuem “inspiração semântica formal (não-lexicalista)” à sua metodologia. As motivações para este julgamento se esclarecem na medida em que percebemos que sua análise é, na verdade, uma idéia que amplia a proposta para

estruturas dativas inicialmente levantada por Chomsky (1975). Segundo a proposta original, a representação de uma estrutura dativa simples como a da sentença em (5a) deriva de um estrutura subjacente na qual o verbo e seu OI formam um constituinte que exclui o objeto direto (OD). A representação estrutural da sentença vem logo a seguir, em (5b):

- (5) a. The teacher gave several books to him.  
 b. [<sub>VP</sub> [<sub>X</sub> gave to NP2] NP1] (Larson (1988:339))

Nesta estrutura, o OI (NP2) é que é c-comandado pelo OD (NP1). Não há c-comando mútuo e esta assimetria (c-comando assimétrico de NP1 sobre NP2) é introduzida por X, que representa uma projeção qualquer de V. A base para a defesa desta proposta está nas relações temáticas envolvidas e será discutida na seção dois.

Baseando-se nesta proposta, Larson sugere que construções dativas como (7) envolvem um estrutura de “VP oracional” subjacente cujo “sujeito” é *several books* e cujo “objeto” é (*to*) *him* (7a). O movimento de subida do verbo faz com que a estrutura superficial disfarce este constituinte interno, ou seja, este “VP oracional” (7b):

- (7) a. The teacher [<sub>VP</sub> several books [<sub>V'</sub> give to him]].  
 b. The teacher gave [<sub>VP</sub> several books [<sub>V'</sub> t to him]].  
 ↑ \_\_\_\_\_ |

O que se tem, portanto, é uma estrutura de ramificação estritamente binária. O VP mais alto possui uma posição V vazia que toma outro VP como complemento. Neste último VP, o especificador é *several books*, o núcleo é *give* e o complemento é o PP *to him*. Intuitivamente, pode-se dizer que o verbo *give* e o complemento *to him* formam um predicado menor *give-to-him* (Chomsky (1975)). Este predicado menor, por sua vez, é predicado de um “sujeito interno” que é *several books* (na verdade o OD da sentença). O “VP oracional” que se forma é predicado de um sujeito como *The teacher*.

- (8) [<sub>VP</sub> Spec V' [<sub>V'</sub> [<sub>Vi</sub> give] [<sub>VP</sub> [<sub>NP</sub> several books] [<sub>V'</sub> t<sub>i</sub> [<sub>PP</sub> to him]]]]]].  
 ↑ \_\_\_\_\_ |

Por razões de Caso e concordância, ou mesmo por sua estrutura temática ou categorial, o verbo *give* deverá subir na representação estrutural (8), formando a sentença em (5a). Partindo desta idéia, Larson propõe uma reanálise do V' de (8), que contém um papel θ por descarregar, em V. Em outras palavras, um predicado com um papel θ interno ainda por descarregar poderá ser reanalisado como um verbo transitivo complexo. Em (8), a expressão *give to him* seria o objeto da reanálise. Para defender esta proposta, Larson fala de um desencontro entre a maneira como as teorias temática e X-barra articulam a noção de predicado transitivo.

Com esta visão de complementação dativa, construções com ODP podem ser sintaticamente derivados por uma forma moderna de *Dative Shift*<sup>4</sup>. Em outras palavras, Larson admite, contrariamente ao que pensam vários outros autores que cita, que há uma relação transformacional entre complementos dativos e ODP. Mais particularmente, sua argumentação é toda fundamentada na tentativa de se comprovar uma analogia entre as operações transformacionais necessárias para a passivização e as supostamente necessárias para a formação de construções com ODP. O resultado seria uma estrutura como (10b)

- (10) a. [<sub>VP</sub> [<sub>NP</sub> several books] [<sub>V'</sub> give [<sub>PP</sub> to him]]].  
 b. [<sub>VP</sub> Spec V' [<sub>V'</sub> [<sub>Vi</sub> give] [<sub>VP</sub> [<sub>NPi</sub> him] [<sub>V'</sub> [<sub>V'</sub> t NP<sub>i</sub>] ] [<sub>NP</sub> several books]]]]].
- 

Segundo o autor, as relações estruturais que se estabelecem na representação que propõe dão conta das assimetrias apresentadas por Barss e Lasnik, com o objeto mais interno (OI) c-comandando assimetricamente o mais externo (OD), que se tornou um adjunto. Explica, ainda, a impossibilidade de (11a) com o objeto mais interno, um NP pesado, na periferia direita da sentença.

- (11) a. \*John sent a letter [every musician in the orchestra]. (Larson (1988:354)  
 b. [<sub>VP</sub> John [<sub>V'</sub> send<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> [<sub>NP</sub> every musician in the orchestra]<sub>k</sub> [<sub>V'</sub> [<sub>V'</sub> t<sub>i</sub> NP<sub>k</sub>] ] [<sub>NP</sub> a letter]]]]].

Um dos argumentos de Larson, que veremos mais adiante, sugere que, na realidade, um NP pesado não se movimenta na sentença. Há, sim, uma reanálise de V' em V que sobe para o núcleo do VP mais alto. No entanto, só haverá reanálise se a grade temática de V' contiver um papel θ ainda por descarregar. (11b) não permite esta reanálise, pois V' não contém um papel θ interno para descarregar. Os dois argumentos de *send* já foram saturados pelo vestígio de NP<sub>k</sub> e pelo NP adjunto *a letter*. Como a expressão *send NP<sub>k</sub> a letter* não pode ser reanalisada como V, (11a) não ocorrerá.

Depois de argumentar em favor das semelhanças entre as construções PASS e as com ODP, o autor procura ressaltar e explicar algumas diferenças entre elas. Dar conta destas diferenças é algo extremamente importante se se quiser manter que as duas estruturas são basicamente as mesmas. Nas PASS, as transformações relevantes ocorrem no sintagma flexional (IP), o verbo tem marcação morfológica de participípio (-en), o NP adjunto a VP pode ser suprimido (se não for, aparecerá com a preposição *by*, atribuidora de Caso) e a relação ativa-passiva não parece restrita. Nas construções com ODP, as transformações se dão em VP, a forma verbal é ativa, não pode haver supressão do NP adjunto a V' (na realidade, o objeto direto da sentença), os dois NPs são marcados por Caso acusativo e a relação objetos oblíquo-duplo, é mais restrita que a primeira.

<sup>4</sup> *Dative Shift* são casos de ODP em que os complementos preposicionados se movem para uma posição mais alta que a dos não preposicionados.

Finalmente, conclui com uma discussão sobre as estruturas de complementação de VP que têm um papel fundamental na explicação que propõe. Aqui, Larson procura explicar a origem das estruturas de complementação que sugeriu, bem como a maneira como elas são projetadas, por intermédio da noção de *Single Complement Hypothesis*, que elimina a assimetria numérica entre sujeito e complementos e permite a atribuição do papel temático ao argumento externo na posição de especificador do VP mais alto.

## 2.2. A argumentação: fatos relevantes para a análise de Larson

Passemos, agora, a uma explicitação dos pontos relevantes da argumentação de Larson. Pretendemos isolar os argumentos utilizados para que possamos analisá-los segundo o programa de investigação científica de Popper, que descreveremos depois.

O primeiro argumento em favor de sua proposta é, na verdade, um argumento em defesa da idéia de Chomsky (1981) de que o verbo e seu OI podem formar um composto excluindo o OD. Larson diz que, em (2a), V atribui papel temático ( $\theta$ ) a NP1 e a NP2; em (2b), NP1 recebe seu  $\theta$  diretamente do verbo e NP2, composicionalmente, de V'. Em (6), a situação é contrária a (2b): V atribui  $\theta$  a NP2 e o composto resultante descarrega em NP1 outro  $\theta$ . Os exemplos em (12) esclarecem:

- (12) a. Beethoven gave the Fifth Symphony to the world.  
b. Beethoven gave the Fifth Symphony to his patron. (Larson (1988:340))

A diferença entre (12a) e (12b) é muito clara. Em (12a), não há transferência real de posse, como fica evidente em (12b). O NP *the world* não “recebe” nenhum objeto físico como acontece com *his patron*. A conclusão óbvia é que o  $\theta$  atribuído ao OD, varia de acordo com a natureza do elemento que ocupa o sintagma alvo. Daí a possibilidade de se falar em um constituinte interno formado pelo verbo e pelo OI.

Na seqüência, buscando manter coerência com outras propostas anteriores, Larson diz que a análise que assume o movimento de subida do verbo ((7b) ou (8)) mantém a característica mais marcante da proposta de Chomsky (1975) que prevê c-comando do OD sobre o OI. Esta análise ainda proporciona uma explicação para os casos problemáticos de conjunções entre dois complementos dativos, como em (13):

- (13) John sent a letter to Mary and a book to Sue. (Larson (1988: 345))

Se conjunções devem unir dois constituintes, (4a) e (4b) não dão conta de (13). Em (4a) *a letter to Mary* e *a book to Sue* não formam constituintes: *a letter* está sob o domínio de VP e *to Mary*, sob PP. O mesmo acontece com (4b). (8), ao contrário, prevê a formação de dois constituintes VP com *a letter to Mary* no primeiro elemento da conjunção e *a book to Sue*, no segundo. Assim pode-se falar em união de constituintes. (8) oferece, ainda, uma explicação alternativa para casos como os da sentença em (14a) que, tradicionalmente, recebem a interpretação de deslocamento para a direita de um NP pesado como se vê em (14a'). (8) permite negar (14a') em favor de (14a''), em que há o constituinte formado pelo verbo e seu OI se movimenta para a esquerda.

- (14) a. I gave to John everything that he demanded.  
 a'. I gave t to John [everything that he demanded]  
 |\_\_\_\_\_↑  
 a''. I [gave to John] everything that he demanded t  
 ↑\_\_\_\_\_|

De acordo com Larson, o movimento de um NP pesado é, na realidade, uma caso de alçamento de um predicado leve.

Como já salientamos, na subseção anterior, a argumentação de Larson está centrada, principalmente, em sua intenção de estabelecer relações transformacionais entre construções dativas e com ODp. Embora alguns autores vejam problemas em assumir tais relações entre dativos e ODp, ele próprio encontra razões para fazê-lo. Em primeiro lugar, diz que apesar das irregularidades na relação entre as duas construções, no inglês, há outras línguas em que a mesma relação é bem sistemática. Isto quer dizer que as operações transformacionais disponíveis para construções dativas podem, também, estar disponíveis para construções com ODp. Em particular, elas podem ser produzidas pela aplicação, dentro do VP, de operações conhecidas, como as responsáveis pela formação de sentenças passivas (PASS). O que era um OI (*him - he*) se torna um “sujeito” derivado de VP, e o que era OD (*several books*) assume o *status* de adjunto dentro de V<sup>5</sup>. Larson mostra que a estrutura resultante dá conta dos dados de Barss e Lasnik, de forma direta, em termos de c-comando e, ainda, proporciona *insight* sobre várias outras propriedades das estruturas com duplos objetos. Outro argumento favorável é a necessidade de uma abordagem derivacional para esta relação em qualquer teoria sobre estrutura e atribuição de papéis  $\theta$ .

A proposta de atribuição de  $\theta$  em configuração de adjunto, descrita na nota 5, faz com que as estruturas com ODp, (12a), se comportem da seguinte maneira: (i) se tomarmos a preposição como mero marcador de Caso (nas PASS, o Caso atribuído ao OI é absorvido), então poderemos dizer que ela é absorvida; (ii) a posição sujeito de VP torna-se não-temática. O  $\theta$  de objeto direto, atribuído ao sujeito de VP, passa a ser atribuído em configuração de adjunto. O OI está sem Caso na estrutura profunda (DS) e a posição de sujeito de VP, vazia (não-temática). Logo o OI se move para a posição do sujeito de VP e o verbo, para o núcleo do VP principal, de onde atribuirá Caso, à direita, para o sujeito do VP interno, produzindo (5a).

Já comentamos que Larson não esconde as diferenças que sabe existir entre as construções PASS e as com ODp. Vejamos, agora, as explicações que sugere para elas. No que concerne à morfologia e à supressão do NP adjunto a explicação pode se dar

---

<sup>5</sup> De acordo com as propostas mais conhecidas para a derivação de passivas, este fenômeno envolve dois efeitos centrais: a perda do Caso de uma posição de objeto, e a supressão da atribuição de papel  $\theta$  para uma posição de sujeito. O NP sem Caso será forçado a se mover e o papel  $\theta$  de sujeito será realizado em um sintagma adjunto. Em vez de adotar a idéia de que, nas passivas há supressão do papel  $\theta$  do sujeito, Larson propõe que ela pode ser atribuído em configuração de adjunção: “If  $\alpha$  is a  $\theta$  role assigned by  $X^i$ , then  $\alpha$  may be assigned (up to optionality) to na adjunct of  $X^i$ .” (Larson (1988:352))

através do caráter “± ligado”, categorialmente falando, da posição de sujeito relevante<sup>6</sup>. O  $\theta$  do sujeito de IP, por exemplo, é “- ligado” categorialmente e pode ser atribuído a vários sintagmas (inclusive ao morfema -en) adjunto a V. Outros, como aquele atribuído ao sujeito de VP, são “+ ligados” categorialmente e só podem ser atribuídos a NPs. Daí, a necessidade da presença do NP adjunto nas estruturas de ODp. Além disso, a ausência da morfologia de particípio elimina a possibilidade de descarga de  $\theta$  sobre um elemento morfológico.

Para dar conta das diferenças relativas à marcação de Caso, Larson assume que o OD recebe seu caso na posição de adjunto. Observemos, novamente, (10b). Sabe-se que V' pode ser reanalisado como V (um verbo transitivo complexo), pois um de seus papéis  $\theta$ , exatamente o de OD, ainda está por descarregar. Então, o NP *several books* receberá Caso na configuração canônica de ODs, ou seja, à esquerda do verbo. Para explicar por que o Caso objetivo é atribuído duas vezes, o autor propõe que há dois Casos objetivos envolvidos em estruturas transitivas - um estrutural e um inerente - e que as construções com ODp são apenas um exemplo em que os dois Casos são separados e atribuídos a diferentes argumentos. As condições de atribuição de Caso são as mesmas, tanto para o Caso estrutural, quanto para o inerente: o verbo deve reger e ser adjacente ao NP que recebe o Caso. A diferença entre eles é que o Caso estrutural será atribuído em uma configuração em que V seja regido por I, e o inerente, ao argumento interno mais alto, devido às propriedades lexicais do próprio verbo.

Para manter a análise derivacional das estruturas com ODp, proposta desde o início, Larson terá que explicar, também, o fato de verbos como *give* permitirem a alternância de seus complementos, ao contrário de verbos como *donate*. Sua idéia é a seguinte: *give* tem dois papéis  $\theta$  para descarregar: o de Beneficiário e o de Alvo, mas não pode dar Caso ao OI, seu terceiro argumento. Logo, a preposição *to* é necessária. Esta preposição também atribui o papel  $\theta$  de Alvo (Larson assume que ela sempre terá conteúdo semântico), que se torna redundante por causa da rede temática do verbo. Se sua função é apenas dar Caso ao OI, ela pode ser apagada. Quanto a *donate*, Larson diz que ele só atribui o papel  $\theta$  de Beneficiário ao seu OI. Não há mais redundância quanto às redes temáticas do verbo e da preposição e a função desta última não é mais apenas a de dar Caso. Seu apagamento resultará na perda de informações temáticas e, por isso a alternância de complementos não se realiza.

### 3. A VISÃO DE JACKENDOFF

Já falamos acima da firmeza com que Jackendoff ataca a proposta de Larson. Uma das razões para isso é que, para Jackendoff, apesar de Larson ter se dado conta da possibilidade de que outras noções além da de c-comando tivessem que estar envolvidas no tratamento das assimetrias levantadas por Barss e Lasnik, ele não teria considerado seriamente a sugestão que deram ao final de seu trabalho. Para eles, o

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre esta proposta, ver Jaeggli (1986).



problema das assimetrias verificadas em construções do tipo V-NP-NP não é apenas estrutural, mas envolve, também, a noção de precedência linear.

O primeiro ponto atacado por Jackendoff foi a postulação feita por Larson ao observar que, em estruturas V-NP-PP, as assimetrias permanecem, mas não causam problemas para c-comando. Larson postula que o PP em questão introduz uma assimetria estrutural em construções dativas simples. Jackendoff critica esta posição, dizendo que esta assimetria pode não ser, simplesmente, o resultado da presença de PP. Pode ser que ela resulte da ordem linear da própria estrutura, que tem seus efeitos mascarados pela assimetria estrutural. Na ausência desta assimetria (estrutural), como no caso dos ODp, a ordem linear aparece como critério para a distinção.

Antes de começar o debate, propriamente dito, com contra-argumentações para a proposta de Larson, Jackendoff apresenta um grande número de exemplos de construções com complementos duplos que envolvem objetos duplos não-alternantes (*deny*, *cost*), complementos NP-PP alternantes (*blame X on Y*), complementos PP duplos de ordem livre (*talk to X about Y*) e complementos PP duplos de NP (*a gift from X to Y*). Examina seu comportamento em relação aos seis fenômenos destacados por Barss e Lasnik e percebe que a ordem linear é fundamental nestes fenômenos. Todas as combinações de complementos duplos em VP e NP revelam as mesmas assimetrias em relação aos domínios de ligação. A partir disso enfatiza o fato de que as observações de Barss e Lasnik não se restringem a construções com ODp, mas são mais amplas, envolvendo complementos duplos em geral. Assim, a explicação para um caso deverá se aplicar a todos os outros, o que acontece com a proposta de redefinição dos domínios de ligação, mas não com a proposta de Larson.

Na seção 4, Jackendoff diz que a *Single Complement Hypothesis* de Larson pode representar uma tentativa de dar a todos os tipos de construções mencionados acima o mesmo tratamento. Entretanto, uma vez que Larson não justifica sua proposta em termos da teoria gramatical em si, ou mesmo da simplificação que ela levaria à tarefa da criança que adquire uma língua, Jackendoff não admite sua razão de ser, dizendo tratar-se de uma mera simetria formal. Na seqüência, mostra, detalhadamente, como a solução de Larson não se aplica aos casos de complementos duplos diferentes de ODp.

Para ele, Larson teria optado pelo caminho errado. Jackendoff busca uma razão para esta opção em uma suposta tentativa, por parte de Larson, de simplificar a Gramática Universal (GU), restringindo a definição dos domínios de ligação a relações de dominância. Em seu trabalho, Jackendoff observa que as definições para domínios de ligação variam segundo o fenômeno em questão. O que se deve procurar descobrir, então, é se a GU inclui a ordem linear entre as condições para definir o elenco de domínios de ligação possíveis. Se for assim, a explicação para os dados de Barss e Lasnik pode ser mais simples do que aquela descrita por Larson.

O contra-argumento mais importante de Jackendoff se direciona, justamente, para um dos pressupostos básicos da proposta de Larson. Para justificar o paralelismo entre a estrutura das PASS e sua proposta de derivação de ODp, Larson assume que a relação estrutural entre o sujeito da PASS e o sintagma introduzido por *-by* será idêntica a que há entre *him* e *several books* em (10b). Esta é uma relação que prevê a ligação de reflexivos no NP mais baixo. As PASS, no entanto, constituem-se numa exceção para

anáforas reflexivas (cf. Postal (1971)). Em outras palavras, Larson teria criado uma estrutura para justificar a possibilidade de ligação em (3a), tomando como base uma outra estrutura que, no entanto, não permite o mesmo tipo de ligação.

Outra crítica de Jackendoff diz respeito à possibilidade de representação de uma estrutura de conjunção através da estrutura proposta por Larson. O argumento a favor desta possibilidade é o fato de que esta estrutura permite que o OD e o OI formem um constituinte (10), condição necessária, segundo Larson, para que possam ser unidos por uma conjunção. Jackendoff aponta o fenômeno conhecido como regra de *Gapping*<sup>7</sup> que produz conjunções de elementos que não são constituintes ao nível da superfície.

(15) Bill hates Harry and Henry Ralph.

(Jackendoff (1990:439))

Se *Gapping* é uma construção que “une não-constituintes”, pode ser que (10) também seja um caso de “não-constituintes” unidos por *and*, ou seja, pode ser que (10) seja uma outra configuração de *Gapping*. O que o autor procura mostrar, aqui, é que (10) pode não estar, realmente, fornecendo um argumento em favor da proposta de Larson.

Jackendoff, como bom semanticista, reserva uma das seções de seu artigo especialmente para argumentos semânticos que pretendem mostrar a inadequação da explicação de Larson. Não aceita a explicação de Larson para as restrições de aplicação do *dative shift*, que foram apresentadas, na seção 2.2, para a diferença entre *give* e *donate*. Jackendoff diz que não há evidências empíricas fortes para que Larson possa dizer que *donate* atribui papel  $\theta$  de Beneficiário, mas não de Alvo. Os exemplos que apresenta mostram que, mesmo o papel de beneficiário não é tão fortemente marcado quanto em *give*. Além disso, argumenta que na forma *Bill donated the money*, há um Recipiente implícito que poderia ser analisado como a contrapartida do Alvo.

No fim de seu artigo, Jackendoff volta-se para o aspecto formal da proposta de Larson e chama a atenção do leitor para o fato de que tal proposta abandona a norma de atribuição de papéis  $\theta$  em DS. A contra-argumentação aqui se baseia na necessidade de se projetar o VP mais alto para que o papel  $\theta$  do sujeito seja descarregado. Para Jackendoff, isto extrapola os limites da projeção máxima de *send*, o VP mais baixo. O que ele diz, na verdade, é que Larson teria, com esta análise, violado um dos princípios mais fortes da teoria sintática: o princípio que diz que a estrutura argumental de um verbo deve ser representada localmente em algum nível da representação sintática.

#### 4. METODOLOGIA DE POPPER

Uma das preocupações mais características de Popper ao elaborar seu programa de investigação científica era encontrar respostas para as seguintes perguntas: (i) Quando pode uma teoria ser classificada como científica? e (ii) Existe um critério para classificar uma teoria como científica? Questões relativas a veracidade ou aceitabilidade de uma teoria não eram preocupantes. O que buscava era, antes, uma

---

<sup>7</sup> Em construções como *Gapping*, o auxiliar e o verbo estão ausentes da segunda parte da conjunção.

distinção entre **ciência** e **pseudociência**, pois sabia que primeira “comete erros”, enquanto que a última “pode encontrar acidentalmente a verdade”.

Conhecia a maneira mais tradicional de se distinguir **ciência** de **pseudociência**, mas não se contentava com ela. Para ele, dizer que é o uso do método empírico, essencialmente indutivo, que caracteriza a **ciência** não era suficiente, visto que a Astrologia, por exemplo, se utilizava da observação e não chegava a atingir um padrão científico.

Seus questionamentos partem de sua insatisfação com o *status* científico de três das quatro mais importantes visões de mundo da época: a relatividade de Einstein, a história de Marx, a psicanálise de Freud e a psicologia individual de Adler. Sentia que, à exceção da teoria da relatividade de Einstein, as outras teorias citadas acima tinham mais em comum com os mitos primitivos do que com a ciência da qual eram ramificações<sup>8</sup>. Seus seguidores se impressionavam facilmente com seus pontos em comum e com sua aparente capacidade de explicação. Podiam retirar, de toda parte, verificações destas teorias, ou seja, elas sempre serviam e sempre eram confirmadas. Isto tornava ainda mais “fortes” os argumentos a seu favor. Nenhuma delas corria o risco de ser refutada, pois não faziam previsões arriscadas, já que eram compatíveis com o comportamento humano. Tudo isto fez com que Popper tirasse algumas conclusões a respeito do *status* científico de uma teoria:

- a) É fácil obter confirmações ou verificações para quase toda teoria desde que as procuremos.
- b) As confirmações só devem ser consideradas se resultarem de predições arriscadas; isto é, não esclarecidos pela teoria em questão, esperamos um acontecimento incompatível com a teoria e que a teria refutado.
- c) Toda teoria científica “boa” é uma proibição: ela proíbe certas coisas de acontecer. Quanto mais uma teoria proíbe, melhor ela é.
- d) A teoria que não for refutada por qualquer acontecimento concebível não é científica. A irrefutabilidade não é uma virtude, mas um vício.
- e) Todo *teste* genuíno de uma teoria é uma tentativa de refutá-la. A possibilidade de testar uma teoria implica igual possibilidade de demonstrar que é falsa. Há, porém, diferentes graus na capacidade de se testar uma teoria: algumas são mais “testáveis”, mais expostas à refutação do que outras: correm, assim, maiores riscos.
- f) A evidência confirmadora não deve ser considerada *se não resultar de um teste genuíno da teoria*; o teste pode se apresentar como uma tentativa séria porém malograda de refutar a teoria. ((...)) casos como o da “evidência corroborativa”).
- g) Algumas teorias genuinamente “testáveis”, quando se revelam falsas, continuam a ser sustentadas por admiradores, que introduzem, por exemplo, alguma suposição auxiliar *ad hoc*, ou reinterpretam a teoria *ad hoc* de tal maneira que ela escapa à refutação. Tal procedimento é sempre possível, mas salva a teoria da refutação apenas ao preço de destruir (ou pelo menos aviltar) seu padrão científico. (...).

---

<sup>8</sup> Mais adiante, no texto, Popper comenta o fato de que, para ele, “todas - ou quase todas - as teorias científicas se originam em mitos”. Ele diz que “um mito pode conter importantes antecipações de teorias científicas.”

Voltando a motivação de suas questões, o autor demonstra como a teoria de gravitação de Einstein satisfaz o critério de refutabilidade: ainda que a tecnologia da época não fosse capaz de oferecer resultados absolutamente precisos, as possibilidades de refutação da teoria eram claras. A Astrologia, o Marxismo e as teorias psicanalíticas não passaram no teste. A primeira era tão vaga quanto suas profecias. Seus seguidores podiam explicar tudo que pudesse refutá-la, destruindo sua testabilidade. Nas primeiras formulações do Marxismo, as previsões eram testáveis e foram refutadas. O que houve, então, foi uma reinterpretação da teoria e das próprias evidências, para fazê-las concordar entre si, o que tornou irrefutável a teoria. Quanto às teorias psicanalíticas, o simples fato de não haver um tipo de comportamento humano capaz de contradizê-las, faz com que não sejam testáveis.

Popper faz questão de não estabelecer uma relação entre seu critério de refutabilidade e coisas como “sentido” ou “significado”, “veracidade” ou “aceitabilidade”. Acredita que não é o fato de que uma teoria passe a ser considerada não científica que a faz ser definida como “sem sentido” ou “absurda”. O que pretendia com seu critério era propor uma solução para o problema da distinção entre **ciência** e **pseudociência**, a que chamou, mais tarde, de “problema da demarcação”.

Logo no início desta descrição do programa de investigação científica proposta por Popper, destacamos sua insatisfação com as soluções que, tradicionalmente, eram propostas para o “problema da demarcação”, que se baseavam no método empírico, fundamentalmente indutivo. Por causa disto, o autor discute, detalhadamente, o problema da indução a partir da refutação da inferência indutiva de Hume, para quem a indução tem base psicológica, ou seja, é uma questão de hábito ou de costume. Popper reinterpreta as palavras de Hume, dizendo que, se qualquer hábito é resultado da repetição freqüente, então pode-se falar em indução por repetição. Aponta, então, três erros da psicologia de Hume: uma lei não é o resultado típico da repetição; hábitos e costumes não se originam da repetição; e, finalmente, a crença numa lei não corresponde ao comportamento que revela a expectativa de uma sucessão de eventos aparentemente baseados numa lei. Além dos fatos empíricos, apresenta, também, argumentos lógicos contrários à teoria de Hume, para demonstrar que ela pode levar a uma situação de regresso infinito. Sua proposta foi, então, recusar a psicologia de Hume, “explicando a repetição (para nós) como consequência da nossa inclinação para esperar regularidades, em vez de explicar tal inclinação pelas próprias repetições.” Esta refutação se baseia em considerações lógicas que o levaram a dizer que não são as repetições que nos impõem a indução. Antes, a repetição está em nossas “hipóteses” sobre ordem. Portanto, qualquer que seja a explicação dada para a indução, ela deve ser abandonada pois indução não existe. Se não há indução, então só há uma forma de conhecimento: a testagem das hipóteses. O método da **ciência** é a crítica, ou seja, as tentativas de refutação. Mais uma vez, Popper sintetiza suas conclusões:

- a) A indução ou inferência baseada em grande número de observações é um mito: não é um fato psicológico, um fato da vida corrente ou um procedimento científico.

- b) O método real da **ciência** emprega conjecturas e salta para conclusões genéricas, às vezes depois de uma única observação (...).
- c) A observação e a experimentação repetidas funcionam na **ciência** como *testes* de nossas conjecturas ou hipóteses - isto é, como tentativas de refutação.
- d) A crença errônea na indução é fortalecida pela necessidade de termos um critério de demarcação que, equivocadamente, só o método indutivo poderia fornecer.
- e) A concepção de tal método indutivo, como critério de verificabilidade, implica uma demarcação defeituosa.
- f) Se afirmamos que a indução nos leva a teorias prováveis (e não certas), nada do que precede se altera fundamentalmente. (...).”

Em resumo, o que Popper faz em seu artigo, é apresentar uma discussão bem elaborada, tanto para o problema da demarcação quanto para o da indução. Na próxima seção procuraremos confrontar as posições dos dois autores em estudo neste trabalho, analisando os argumentos que utilizam para defender seus pontos de vista à luz do programa de investigação científica brevemente descrito aqui.

## 5. O PROBLEMA DA DEMARCAÇÃO E O DEBATE LARSON E JACKENDOFF

Para melhor desenvolver esta seção do trabalho, a dividiremos em subseções nas quais abordaremos um argumento particular dado por Larson para defender sua análise e o contra-argumento correspondente dado por Jackendoff, para atacá-la. Os argumentos relevantes são, na realidade, apenas dois: (i) a analogia entre a derivação das estruturas passivas e a das estruturas com ODP; e (ii) a origem das estruturas com ODP. À medida que formos contrapondo as duas idéias, procuraremos verificar até que ponto os dois autores se comportam como cientistas genuínos segundo os critérios definidos por Popper para a demarcação do que é ou não **ciência**. Buscaremos, então, verificar até que ponto Larson faz previsões arriscadas com sua teoria, e até que ponto Jackendoff é bem sucedido em tentar refutá-las.

O que pudemos perceber ao longo de todo o texto de Larson, foi uma tentativa de fortalecer a argumentação que sustentasse suas propostas. Para isto, vários argumentos menores vão sendo colocados e Jackendoff não se furta em apresentar seus contra-argumentos a eles. Nos concentraremos nas duas linhas principais de argumentação, destacando um ou outro argumento menor quando for o caso.

### 5.1. A analogia entre a derivação das estruturas passivas e com ODP

Uma afirmação que Larson procura manter ao longo de todo o trabalho é o aspecto derivacional das construções com ODP. Como suporte desta afirmação, argumenta que é possível estabelecer um analogia entre as relações transformacionais que ocorrem na formação das PASS e as que ocorrem na passagem de uma construção dativa simples para uma com ODP. O que faz, em seguida, é buscar evidências que

corroboem sua teoria. Primeiramente as encontra nas semelhanças que julga haver entre as duas estruturas. Uma delas, ele acredita ter encontrado quando atribui à sua análise uma possibilidade de explicação para os casos de estruturas de conjunção, já que, de acordo com ela, a conjunção estará unindo, realmente, dois constituintes, como deve ser o seu papel. As diferenças existentes entre as construções não parecem trazer problemas para sua análise, pois, depois de examiná-las, Larson conclui que a única real diferença entre elas é a categoria em que se aplicam: PASS em IP e ODp em VP. As restrições de aplicação da chamada estrutura de *dative shift*, sim, podem, em princípio ser problemática e merecem, por parte de Larson, uma atenção especial. Para elas, o autor procura uma justificativa semântica fundamentada nas relações temáticas.

A reação de Jackendoff é de surpresa e rejeição. Contra a primeira idéia de que há uma semelhança estrutural entre PASS e ODp, ele diz que Larson formula toda a sua teoria para dar conta dos dados em (3), onde há uma ligação de reflexivos, baseado em uma outra estrutura que não permite este tipo de ligação. Continua, apontando estruturas de conjunção que unem dois elementos que não têm o caráter de constituinte. Desta forma, torna inválido um dos pontos da argumentação de Larson, melhor dizendo, uma evidência corroborativa apontada por Larson. Finalmente, contra a argumentação semântica para a restrição de aplicação de *dative shift*, oferece exemplos em que o verbo *donate* não parece se comportar da maneira prevista por Larson

O que podemos encontrar de Popperiano nas atitudes de Larson e Jackendoff? Larson elaborou sua proposta sobre a estrutura das construções com ODp, ou seja, fez previsões arriscadas sobre esta estrutura, garantindo que ela pode ser a mesma para todas as línguas, mas, para isto, não precisou se basear na observação extensiva dos dados existentes no inglês. Apenas um exemplo foi suficiente para que ele já pudesse partir para a teorização. O método indutivo não desempenha um papel significativo neste momento. Os dados empíricos tornam-se importantes, no entanto, numa segunda fase do trabalho, em que funcionam como evidências corroborativas para a teoria proposta. Este é o caminho percorrido por Larson até chegar à sua proposta final.

Jackendoff, por sua vez, também não usa os dados para fazer inferências indutivas que levariam a refutação da teoria de Larson com a qual não concorda. Aqui, também, um dado apenas serviria como elemento confirmador ou refutador da teoria e é isso que se vê todo o tempo. A cada argumentação não muito bem fundamentada por parte de Larson, Jackendoff contra-argumenta amparado em um ou dois exemplos. Em alguns casos, faz questão de frisar que dois exemplos estão sendo utilizados para que não surjam dúvidas quanto a um ou outro problema paralelo.

O texto de Jackendoff só prioriza exemplos no início. Ao contrário de serem interpretados como elementos de observação dos quais se poderá inferir algo, devem ser vistos como evidências refutadoras da proposta de Larson.

## 5.2. A Origem das Estruturas com Odp

Neste caso a situação é um pouco diferente. Já falamos sobre a *Single Complement Hypothesis* que Larson elabora para explicar a origem destas construções com ODp. A argumentação é construída cuidadosamente, ou melhor, lentamente, sem,

no entanto, contar com uma motivação teórica convincente. O que queremos dizer é que, Jackendoff consegue balançar os alicerces desta argumentação muito facilmente, simplesmente por não conseguir entender, ou enxergar as razões que teriam levado Larson a propor uma mudança na teoria X-barra. Se o processo de aquisição não é simplificado, nem tampouco a estrutura gramatical, não há motivos para uma proposta de modificação. Portanto, embora Larson tenha colocado à prova um ponto de sua teoria, não o fez de forma verdadeiramente arriscada.

Jackendoff talvez tivesse tido que se esforçar mais para negar a hipótese de Larson, se ele a tivesse realmente fundamentado melhor. Apesar da simplicidade, sua contra-argumentação não perde ponto em objetividade.

## 6. CONCLUSÃO

Sabemos que fizemos a opção de trabalhar com um programa de investigação científica que pode, talvez, já não estar mais entre as teorias que melhor dão conta dos desenvolvimentos observados na Linguística e em outras ciências. Nossa escolha se deveu, entretanto, ao caráter simples e objetivo que atribuímos à teoria Popperiana. Nela, a observação assume seu real lugar. Não é o ponto de partida para a distinção entre o que é científico o que não é. É, antes, um instrumento de confirmação ou refutação de uma teoria que fez previsões arriscadas e colocou-as à prova.

Em Linguística, cada teoria sobre a gramática, sua forma, seu desenvolvimento no processo de aquisição, sua função, etc, é, assim como a entendemos, a confirmação ou a refutação de uma teoria anterior, na medida em que se baseia em dados empíricos que servirão para corroborar ou não as hipóteses que são feitas sobre as línguas.

Em nosso caso, o que vimos foi o programa de Popper em funcionamento. Larson propõe uma teoria para as construções com ODp que é altamente criticada, numa forte tentativa de refutá-la, por Jackendoff. Este autor faz uma leitura rígida e pontual da argumentação de Larson, contra-argumentando a cada passo da explicação.

Não sabemos, ainda, os efeitos reais de todo este debate. O fato é que o assunto volta à tona na medida em que a proposta de Larson reaparece em um dos trabalhos mais recentes de Chomsky (1993). Outra questão pode surgir aqui: poderíamos pensar que Jackendoff é que estaria equivocado e teria exagerado em suas críticas a Larson? Talvez. Mas uma outra preocupação não deverá, nunca, abandonar os pesquisadores em Linguística: a preocupação em não se chegar à situação descrita por Popper em que os admiradores de uma determinada ciência, continuam a sustentá-la, mesmo quando se revela falsa, introduzindo suposições *ad hoc*, permitindo que ela escape à refutação.

---

## BIBLIOGRAFIA

BARSS, A. & H. LASNIK (1986). "A Note on Anaphora and Double Objects". *Linguistic Inquiry*, 17:347-354

- CHOMSKY, N. (1975). **The Logical Structure of Linguistic Theory**, Chicago, Illinois, University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1981). **Lectures on Government and Binding**, Dordrecht Foris.
- \_\_\_\_\_. (1993). "A minimalist program for linguistic theory". In: K. HALE & S. J. KEYSER (eds) **The View from Building**, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- EMONDS, J. (1993). "Projecting indirect objects". **The Linguistic Review**, **10**:211-63.
- JACKENDOFF, R. (1990). "On Larson's treatment of the double object construction". **Linguistic Inquiry**, **21**:427-56.
- JAEGGLI, O. (1986). "Passive". **Linguistic Inquiry** **17**:587-622.
- LARSON, R. (1988). "On the double object construction". **Linguistic Inquiry**, **19**:335-91.
- OEHRLE, R. (1976). **The Grammatical Status of the English Dative Alternation**, Tese de Doutorado, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- POPPER, K. R. (1963). **Conjecturas e refutações**. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- POSTAL, P. (1971). **Crossover Phenomena**, New York, Holt, Rinehart and Winston.
- SCHER, A. P. (1996). **As Construções com dois complementos no Inglês e no Português do Brasil: um estudo sintático comparativo**, Campinas, UNICAMP.